



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 90ª
(NONAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 13 DE OUTUBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Temos aqui um aviso da Presidente, Deputada Celina Leão, comunicando que amanhã, às 9h, iremos receber deputados do Brasil inteiro. Vamos fazer um café na Câmara Legislativa do Distrito Federal e iremos, em caravana, até o Congresso Nacional. Eu queria contar com a presença de todos, pois 24 presidentes e suas comitivas já confirmaram presença. Como anfitriões do evento, eu gostaria de contar com a presença de todos os deputados da Câmara Legislativa. A pauta será a votação da PEC 47, que amplia as prerrogativas do Poder Legislativo.

Esse é o comunicado.

Eu gostaria de informar que, nos termos do acordo de líderes acontecido há pouco na sala da Presidência, foi acordado que votaremos um título de cidadão honorário solicitado pelo Deputado Julio Cesar, as moções e requerimentos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

propostos pelos deputados, e um projeto de decreto legislativo que propõe uma minuta a ser aprovada nesse movimento pela PEC 47. Esse projeto de decreto legislativo – a Deputada Celina Leão é a anfitriã –, as outras assembleias também o aprovaram.

Havendo *quorum*, os Deputados vindo ao plenário, teremos apenas três itens na pauta: um Título de Cidadão Honorário, um projeto de decreto legislativo que aprova uma minuta a ser apresentada amanhã por ocasião desse evento, e também um requerimento – em face desse evento amanhã, o dia inteiro no Congresso Nacional sobre o encontro dos legislativos do Brasil – pela suspensão da sessão ordinária de quarta-feira. Então, é necessário aprovarmos esse requerimento.

Portanto, solicito aos parlamentares que se encontram em seus gabinetes que compareçam ao plenário. Os Deputados Agaciel Maia, Chico Vigilante e Rafael Prudente estão presentes no plenário.

Esta Presidência suspenderá a sessão por alguns minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h04min, a sessão é reaberta às 16h07min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Há número regimental. Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acompanhando o noticiário desse final de semana e recebendo informação de pessoas que trabalham na área da saúde no Distrito Federal, especialmente nos hospitais, a impressão que a gente tem, Deputado Wellington Luiz, é de que a saúde do DF é amaldiçoada ou a gestão é amaldiçoada, porque a cada dia que passa os problemas se avolumam. Veio um secretário dizendo que era o supersecretário, que era a pessoa mais competente do mundo, mas na verdade os problemas se avolumaram ainda mais. Recebi a notícia, que me foi passada por um médico que está lá no *front*, lá na ponta, dando conta de que o hospital do Gama, por exemplo, está com o tomógrafo quebrado e a máquina que faz raios X não revela. Portanto, além de não fazer tomografia, não se pode tirar uma radiografia. Para revelar, tem que tirar lá e levar para o hospital de Santa Maria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

A tomografia não tem como fazer. E me dizia esse médico: “Como é que eu vou atender uma pessoa com um trauma decorrente de um acidente?” – e isso está acontecendo constantemente aqui no Distrito Federal. “Como é que ela vai ser atendida se não passa por uma tomografia para saber onde houve o trauma?” A pessoa certamente vai morrer sem o atendimento.

Mas tem coisa mais simples – e não menos grave – por exemplo, no Hospital da Ceilândia. No Hospital da Ceilândia, há pelo menos três meses, as caldeiras que alimentam o aquecimento para a secagem das roupas estão quebradas. Portanto, as roupas estão tendo que ser levadas para serem tratadas nas lavanderias de outros hospitais. Há uma situação mais grave ainda neste caso: os pacientes estão levando seus próprios lençóis para serem lavados em casa. Então, você chega ao Hospital da Ceilândia hoje, e os pacientes estão levando os lençóis para casa. Não tem medicamento para tratamento de câncer.

Eu conversei com outro médico, de quem eu revelo o nome aqui porque ele já está trabalhando há trinta anos no Hospital da Ceilândia, o Dr. Bailon. Ele é uma pessoa conhecidíssima nessa cidade, é um homem realmente dedicado à saúde pública do Distrito Federal. O Dr. Bailon, na sexta-feira, quando eu o encontrei almoçando no mesmo restaurante que eu almocei nesse dia, me disse: “Chico, no governo anterior, tinham sido zeradas as cirurgias de câncer. Estamos agora com seiscentos pacientes portadores de câncer sem tratamento”. Certamente, essas pessoas vão morrer, porque não é aplicada a quimioterapia, não é aplicada a radioterapia, não é feito nada para aliviar o sofrimento dessas pessoas.

O governo teima em dizer que é por falta de recursos. Eu vou repetir aqui: estão mentindo. O Fundo de Saúde do Distrito Federal – e eu estou falando tão-somente do Fundo de Saúde, que é um recurso repassado diretamente pelo Ministério da Saúde – tem em caixa hoje R\$413.269.418,95 (quatrocentos e treze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos). Vou repetir: R\$413.269.418,95 (quatrocentos e treze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos). Desse dinheiro, estão aplicados em CDB R\$147.668.314,82 (cento e quarenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos); tem em poupança R\$32.143.150,64 (trinta e dois milhões, cento e quarenta e três mil, cento e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos); e tem em fundo de curto prazo R\$149.184.808,91 (cento e quarenta e nove milhões, cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e noventa e um centavos), além de outros que estão aplicados.

Portanto, se é uma questão de vida ou morte, eu pergunto: por que não tiram esses recursos que estão em CDB e compram os medicamentos que têm de ser comprados, consertam as máquinas, consertam o tomógrafo? Mas não. A verdade é que a maioria dos secretários tem plano de saúde. A verdade é que os secretários não vão ao hospital público. A verdade verdadeira é que a população do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Federal está morrendo por falta de atendimento. Eu pergunto: até quando o Distrito Federal vai assistir passivamente a essa situação vivida? Isso é inaceitável. Isso não pode continuar acontecendo dessa maneira. E num estado de guerra desses, parece-me, Deputado Ricardo Vale, que o Secretário de Saúde saiu para uns dias de férias agora nesse feriado. Saiu de férias! Isso é zombar da população do Distrito Federal! Isso é brincar com a vida das pessoas! Sem falar da situação da segurança. Eu vi uma capa do *Jornal de Brasília* e vou depois fazer um pronunciamento aqui com mais tempo falando disso porque o Governador teima em dizer que diminuiu a violência. É mentira!

O *Jornal de Brasília* fez uma pesquisa e aponta lá que 53% da população já sofreu algum tipo de violência. A verdade é que a maioria nem registra mais! Chegou-se a tal descrédito, Deputado Wellington Luiz – V.Exa., que é um policial competente –, que as pessoas não vão mais registrar porque se perdeu a credibilidade e as pessoas não registram, e quando você conversa com as pessoas, elas dizem: “Registrar para quê, se não vai acontecer nada? Registrar para quê, se não vão fazer nada?”

Portanto, acho que está na hora de mudar essa situação. Ainda há tempo de mudar. Se quiser mudar, muda, mas do jeito que está, não dá.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Sr. Presidente, não vou fugir muito da linha do nobre Deputado Chico Vigilante. Venho trazer aqui mais uma preocupação desse momento que vive a nossa cidade. Brasília está muito próxima de um colapso. Os jornais trazem aí, praticamente, todas as categorias em greve em razão da falta de acordo entre o governo e os servidores; aliás, melhor dizendo, da falta de habilidade desse governo. Uma notícia chegou aos nossos celulares rapidamente. Os meios tecnológicos permitem isso numa velocidade impressionante. A notícia é sobre uma reunião entre secretários deste governo com os representantes das categorias.

Nós, Deputado Chico Vigilante, de origem sindicalista, podemos perceber ali, naquele momento, a falta de articulação, de habilidade de um governo que precisa do apoio dos trabalhadores, mas trata-os daquela forma. Como se dissessem: “Não vou pagar e o problema não é meu. Esse reajuste foi dado no governo passado, então, não tenho que pagar”.

O governo esqueceu e tem que ser lembrado de que ele não é personalista. O Estado assume o ônus e o bônus – se é que tem algum. O que não se pode é tratar de forma irresponsável aquilo que é da sua responsabilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Esta Casa, há alguns dias, aprovou uma medida, poderíamos dizer até polêmica ou difícil, Deputado Prof. Israel. Fez isso com muita responsabilidade. Aprovou a transferência dos recursos do Iprev para que se pudesse pagar aos servidores. Não me arrependi, apesar de pensar muito parecido com o que pensa o Deputado Wasny de Roure. Até hoje tenho dúvidas se a medida era legal, mas era necessária, e disso não tenho dúvidas porque, na minha opinião, ou se fazia aquilo ou talvez não teríamos dinheiro para pagar o salário dos servidores. Nós não poderíamos negligenciar isso, nós não poderíamos correr esse risco. Agora, depois de aprovado, depois do sacrifício que foi feito pelos parlamentares, depois da quota de sacrifícios que foi dada pelos trabalhadores que emprestaram dinheiro do seu fundo previdenciário, não pode o governo ignorar o direito desses servidores, tratar os trabalhadores com desrespeito e não criar uma agenda propositiva que, de fato, encontre uma solução. Brasília, logo, logo, vai entrar em colapso. Não só na área da saúde, não, Deputado Chico Vigilante, como bem lembrou V.Exa. Os professores também estão em greve. Nossos alunos estão chegando ao final do ano letivo sem aulas, Deputado Juarezão. Hoje praticamente os servidores da carreira socioeducativa estão em greve. Todo mundo sabe que aquilo ali é um barril de pólvora. Daqui a pouco, podem morrer adolescentes que são custeados pelo Estado. Isso não tem preço.

Então, é importante que o governo saiba as consequências disso. O governo tem de sentar e negociar. O governo tem de lembrar que essa é uma dívida dele. Ele simplesmente não pode dizer “não tenho dinheiro e não vou pagar”. Até porque esta Casa ajudou o governo a sair do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, Deputado Rafael Prudente. E, volto a dizer, fizemos com responsabilidade, mesmo sendo vaiados aqui nesta Casa, mas fizemos aquilo que tinha de ser feito, na minha opinião. Portanto, é importante que o governo agora faça a parte dele, que o governo exerça o seu papel de governante, que chame os trabalhadores, os abnegados servidores públicos e crie uma forma de lhes dar o que é deles de direito, que é o aumento que foi aprovado por esta Casa, que respeitou todos os pré-requisitos para dar um reajuste. Doze dos Deputados que hoje estão aqui estavam na legislatura passada. Nós estávamos aqui e temos uma responsabilidade muito grande. Tanto é que fizemos o que era correto, que o Tribunal de Justiça deu ganho de causa, quando o Ministério Público, em algum momento, questionou esse direito dos servidores públicos. Então, não há o que se falar em direito. O governo não pode ignorar aquilo que é do servidor público e simplesmente dizer que vai pagar quando quiser, quando puder e ignorar o retroativo. Ele não está tratando com a coisa dele, está tratando com aquilo que é do Estado, está tratando com aquilo que é do servidor e tem de tratar com respeito. Aí, uma responsabilidade desta Casa. Brasília está parada. O serviço público já não funciona como deveria por falta de equipamento e investimento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Quero parabenizar V.Exa., Deputado Wellington Luiz, que é um Deputado aguerrido e lutador pelos direitos dos servidores. Não é à toa que V.Exa. representa uma categoria extremamente qualificada e tem o respeito dessa categoria.

Na realidade, todos nós reconhecemos que S.Exa. é um Governador bem intencionado; todos nós reconhecemos que é um Governador sério; todos nós reconhecemos que é um Governador que tem se esforçado no sentido de colocar as finanças do Distrito Federal no seu devido lugar, mas sabemos que ainda falta alguma habilidade no trato político. Por isso, eu acho que S.Exa. está pagando, às vezes... Não vou dizer que é por falta de experiência, porque S.Exa. é muito mais experiente do que todos nós, porque já foi Deputado distrital, Deputado federal, Senador, e agora é Governador. Mas essa categoria de servidores, justamente porque o reajuste salarial foi aprovado e gera uma expectativa em todos eles, está indignada com o não pagamento. O que o governo deveria fazer, a exemplo do que fez buscando uma solução... Porque, dia 5 agora, se não tem colocado a cabeça para funcionar, Deputado Prof. Israel, se não tem criado essa engenharia da utilização do fundo do Iprev, os servidores não estariam bradando pelo reajuste não, estariam bradando pelo reajuste e pelo salário que não tinha sido pago no dia 5. Então, todos nós reconhecemos. Acho que talvez a sinceridade e a forma como é dita para essas categorias... Porque se o Governador chamasse as categorias, Deputado Rafael Prudente, e dissesse: "A exemplo do que fizemos, buscamos uma solução para poder pagar vocês – enquanto os outros estados estão parcelando, não estão pagando, nós achamos uma solução –, o que eu gostaria é de contar com as categorias de servidores públicos, que são pessoas experientes e competentes, para buscar soluções para pagar também o reajuste". Assim, o governo estaria aberto a sugestões, a exemplo do que fez para o pagamento. Mas o fato de chegar e dizer: "Não, não posso pagar, não tenho dinheiro..." Essa maneira de dizer, Deputado Wasny de Roure, é que fecha as portas, e o sindicato, com muita propriedade, faz todo esse movimento. Se eu tivesse no lugar do Governador, eu diria: "Colegas sindicalistas, ajudem-me a achar uma solução, para que eu possa pagar o mais rápido possível o aumento de vocês, a exemplo do que aconteceu com o pagamento. Na hora em que houver caixa... Vocês acompanharão isso *on-line*. Chamem os presidentes dos sindicatos e lhes deem a senha mais elevada de consulta da saúde financeira do Governo do Distrito Federal. Eu assumo o compromisso de que, na hora em que houver dinheiro aqui, eu pago a vocês". Seria uma maneira diferente de dizer, seria uma maneira de ter humildade e pedir ajuda.

Todos nós sabemos que o Governador Rodrigo Rollemberg quer pagar o aumento. Nós acompanhamos o esforço que foi feito para regularizar essa folha de pagamento. Quem não quer pagar o reajuste de servidores? Quem não quer ter as Secretarias de Saúde, de Segurança, de Educação e todas as demais secretarias que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

mexem com as políticas públicas do Distrito Federal satisfeitas? No entanto, Deputado Wellington Luiz, eu acho que o *modus operandi*, a forma como foi tratado foi equivocada, porque o governo tinha de chamar todos e dizer: “Vamos nos empenhar todos para que possamos regularizar o aumento de salário o mais rápido possível”. Seria outra coisa. Agora, o simples fato de dizer: “Não, a gente não vai pagar, a gente não vai...” Assim é difícil, porque até mesmo os presidentes dos sindicatos ficam numa situação difícil, porque eles ficam sem prestígio perante a categoria. E não é isso. Na realidade, o que o governo precisa é pedir ajuda às categorias para buscar a solução desse problema.

V.Exa. está de parabéns pelo seu pronunciamento, mas quero fazer essa defesa do governo. Apenas foi colocado de maneira errônea. S.Exa. teria de pedir ajuda, e não simplesmente dizer não.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu queria só transformar minha inquietação numa pergunta. O pagamento do último salário foi feito. Eu não sei se esta Casa, Deputado Agaciel Maia, Presidente da nossa Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, já tem informação de quanto foi utilizado do Fundo da Previdência. Essa é uma pergunta, no meu modo de entender, determinante.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Verdade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Determinante diante da perplexidade da informação do governo de que não tinha dinheiro para pagar os servidores. Esse recurso, 1 bilhão e 200 milhões de reais, não é um recurso pequeno e não está disponível de pronto. Esses recursos estão aplicados no mercado de capitais. Agora, esta Casa é merecedora de algumas explicações. E uma delas, que eu gostaria de deixar aqui para os colegas, é quanto foi utilizado desse recurso para pagar servidor e que outras contas foram pagas, para nós sabermos até que ponto está sendo utilizado esse recurso como forma de substituição de recurso do Tesouro. Eu acho que essa pergunta, no meu modo de entender, é determinante para quem faz acompanhamento de fluxo de caixa.

Era essa a minha colocação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Concordo, Deputado Wasny de Roure. Acho que esta Casa, de fato, tem que provocar o Executivo, Sr. Presidente, e buscar essa resposta. Agora, Deputado Agaciel Maia, eu vou mais além. O governo não só disse não aos servidores públicos, simplesmente, como também jogou a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

responsabilidade para esta Casa. Ele disse, Sr. Presidente, que a responsabilidade era dos Deputados, que não tinham aprovado os aumentos. Condição o reajuste dos servidores públicos ao aumento de impostos, ou seja, ou aumentam-se impostos ou os servidores públicos não terão direito aos seus direitos. Isso é muito mais grave, Deputado Agaciel Maia! Não falta só habilidade. Houve esperteza, para eu não dizer outra palavra. Quando o governo joga a responsabilidade para esta Casa, que teve o cuidado de ajudá-lo no momento em que ele mais precisou, não é questão de falta de habilidade, não. Houve má-fé. Ficou claro lá, quando o secretário disse: “A Câmara não aprovou os impostos, portanto não há o que fazer”. Então, não há que aqui se falar apenas da falta de habilidade. Do ponto de vista político, ele foi habilidoso até demais na tentativa de jogar os servidores públicos contra os Parlamentares. O governo tem que rever a sua forma de fazer política. Não é atacando o Parlamento, que está tendo muita responsabilidade em tomar as decisões corretas e, inclusive, socorrê-lo. Esta Casa precisa cobrar do governo uma resposta sobre o que aconteceu naquela reunião, quando, de forma irresponsável, secretários tentam jogar servidores públicos contra esta Casa, dizendo: “Não vai ter aumento porque a Câmara Legislativa não aprovou o aumento de IPTU e outros mais”. Esta Casa já havia aprovado outros pacotes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, V.Exa. tem inteira razão. Eu já disse aqui e vou repetir: o Governador Rodrigo Rollemberg precisa escolher quem é que fala por ele. Uma vez mandei um recado daqui para a Presidenta Dilma. Ele teve 90% dos projetos que encaminhou, graças à habilidade do Deputado Agaciel Maia e à responsabilidade de todos nós, aprovados aqui. Foram 90% do que ele queria! Nós dissemos, desde o primeiro momento, que não iríamos aumentar IPTU, Taxa de Limpeza Pública, muito menos Taxa de Iluminação Pública. Para o IPTU, ele, no início – V.Exa. está lembrado –, queria 107% aqui no Plano Piloto, 90% na Ceilândia, 94% no Guará e havia um lugar, perto de Planaltina, que seria 639% de aumento. Nós derrubamos. Depois ele quis 20%. Disse que era 10%, mas, na verdade, era 20%, pois era a inflação mais 10%. Nós derrubamos também.

Portanto, não dá para secretário agora ficar dizendo que não pode pagar os reajustes. Não é aumento. É reajuste da inflação, que foi dividido em três anos, como havia feito o Governo Federal. São reajustes concedidos em três anos – não há nenhuma irresponsabilidade –, sacramentados por esta Câmara Legislativa e legalizados pelo Tribunal de Justiça. Não dá para dizer que não vai pagar, porque nós não aumentamos impostos. Nós aumentamos. O pessoal que fuma está pau da vida com a gente! O pessoal que bebe está danado da vida, porque... Mas nós dissemos que é luxo. Luxo, banca quem pode. Agora, IPTU, IPVA e Taxa de Limpeza, não! E demos a solução: façam o cadastramento imobiliário, que vai aumentar em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

50% a arrecadação! Não dá para a gente votar aqui e secretário ficar lá, falando mal de Deputado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, primeiramente, dou meu boa-tarde a todos. Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Wellington Luiz, que faz muito bem esse pronunciamento. Só desejo passar uma informação do Deputado Wasny de Roure. Foram gastos 250 milhões para o pagamento mensal dos salários dos servidores e utilizados um pouco menos de 50 milhões de reais para pagar o atrasado de agosto.

Nobre Deputado Wellington Luiz, eu estava fazendo as contas hoje de manhã e, se juntarmos tudo aquilo que votamos aqui desde o início do ano, o que for valer para o ano que vem e o que for valer para este ano, veremos que colocamos quase 3 bilhões de reais a mais no caixa do governo. Desses 3 bilhões que demos a ele, o mínimo que a gente espera é que sejam dadas também as condições de trabalho aos servidores públicos e se pague esse reajuste que foi votado aqui na Câmara Legislativa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu gostaria de parabenizá-lo pelo discurso e lembrar as palavras do nosso Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia. Logicamente, o Governador é um homem de boas intenções, mas, como disse o Deputado Juarezão, de boas intenções, o inferno está cheio.

O Deputado Rafael Prudente disse que o que já votamos dá 3 bilhões de reais. O Governador não tem como dizer que não vai pagar os reajustes. O próprio Tribunal de Contas já disse que tem de ser pago. A gente não pode deixar que isso venha a acontecer.

Acho que o Governador, a cada dia que passa, apesar de ser uma pessoa de boa índole, está cada vez mais afundando o Distrito Federal. Espero que ele tenha o bom senso, agora, de pagar esse reajuste e de não mandar mais aumento de impostos para esta Casa. Disse, ainda há pouco, o Deputado Chico Vigilante que o imposto da bebida e do cigarro, que todos votamos, já vai dar mais de 100 milhões de reais. Isso já vai ajudar e ajudar muito essa conta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Quero dizer mais uma coisa: falta essa habilidade ao Governador. Não tenho dúvida nenhuma de que S.Exa. pode colocar o trem nos trilhos, mas quero já, antecipadamente, dizer que essa reforma que ele faz – deve ser anunciada hoje –, não importa qual seja, vai ser um tiro no coração da sua gestão. Ele vai desagradar a maioria e, logicamente, não resolverá o problema dele, que é exatamente uma boa gestão à frente do Governo do Distrito Federal.

Espero, sinceramente, que Brasília não descarrile de vez e que ele acerte daqui para frente, porque a Câmara Legislativa já tem dado a sua cota de participação. O que a Câmara poderia fazer já foi feito. Não podemos expor mais o Legislativo. Não podemos trazer a crise para dentro desta Casa, uma crise que não é nossa. A nossa cota de participação já está dada. Agora é só o Governador governar, o que a gente espera já há nove meses.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado, primeiro, quero fazer uma correção, para não haver uma intriga minha com o Deputado Julio Cesar, porque o Líder do Governo é ele. Eu sou o Líder da maioria, mas, às vezes, dependendo da votação, V.Exa. é que é o Líder da maioria e eu, da minoria. A gente tem revezado nesse sentido. Então, se V.Exa. me chamar de Líder da minoria, eu até aceito, porque, em determinadas votações, tenho sido minoria mesmo. O Líder do Governo é o Deputado Julio Cesar.

Eu queria acrescentar o seguinte: acho que a política de cobrança ao Governador é importante, mas é importante dizer também, Deputado Wellington Luiz, que S.Exa. tem oito meses para sair da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é fato. Estamos com mais de 52%, quando deveríamos estar com 48%. Então, ele tem que reduzir. Qualquer um dos 24 Deputados, se estivesse no lugar dele, teria que agir, na maioria das vezes, conforme ele está agindo. Ele tem que tirar a corda do pescoço dele. Em oito meses, se ele não tirar o Governo do Distrito Federal da Lei de Responsabilidade Fiscal, vai responder por improbidade administrativa e isso poderá ter consequências muito mais graves. O Governador pode ser generoso até o ponto em que não comprometa o próprio pescoço. Quais são as formas que ele tem? Ele vai ter que reduzir despesa e aumentar receita. Aumentar receita não é só aumentar imposto, ele tem que ter criatividade: é incentivar a vinda de indústria para geração de emprego, é diminuir alguns dos impostos em vez de aumentá-los, porque a contribuição menor, mas em quantidade maior, dá um resultado muito maior. O aumento constante extorsivo gera a sonegação. Então, dá resultados que não são os esperados. Não seria muito mais simples o Governo do Distrito Federal, em vez de anunciar hoje esta redução de secretarias, aumentá-las para ficar muito mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

tranquilo o seu apoio aqui na Câmara Legislativa? Mas ele vai ter que tirar a corda do próprio pescoço, durante oito meses, que é o prazo que ele tem de tirar o Governo do Distrito Federal da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na maioria das vezes, eu sinto que ele até quer ponderar determinadas coisas, mas ele está entre a cruz e a espada. Essa decisão hoje de reduzir secretaria está desagradando, conforme disse o Deputado Bispo Renato Andrade, muitas pessoas, inclusive muitas que o apoiaram para o governo estão revoltadas. Mas é aquele negócio, você está contra a parede. Se você, eu, ou qualquer outro Deputado, estivesse como Governador, e a lei dissesse: "Você tem oito meses para reduzir em 3% o coeficiente da Lei de Responsabilidade Fiscal, Sr. Governador, ou vai responder a uma ação de improbidade fiscal que pode levar até a um caso extremo de prisão", você teria que agir, você não poderia ficar ponderando, você teria que tomar decisão. Eu acho que o Governador está tomando essas decisões – muitas contra as quais a gente reclama – por uma extrema necessidade. Ele tem que sair desse impasse. Ele tem oito meses. É o prazo dele.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte de V.Exa.

Vou só fazer um reparo. Concordo, Deputado Agaciel Maia. V.Exa. é experiente conhecedor de números, só que temos que separar o joio do trigo. Ele realmente não pode fazer generosidade, porém, quando se fala do aumento do servidor público, isso está bem distante de generosidade, porque esse reajuste foi aprovado por esta Casa. Esse reajuste foi convalidado pelo Tribunal de Justiça. Então, ele está amparado por lei. Ele não está cometendo nenhuma generosidade. Que ele acabe, então, com todos os cargos comissionados! Que acabe com toda generosidade que eventualmente ele queira fazer! Mas tirar o direito de quem tem, isso, esta Casa, como fiscal da lei, não pode e não vai permitir.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa., se a Presidência permitir.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, também quero parabenizar V.Exa. por esse pronunciamento, porque V.Exa. coloca com muita propriedade o caos em que se encontra esta cidade desde o primeiro dia em que o Governador Rollemberg assumiu o comando político desta cidade. V.Exa. lembra muito bem que esta Casa tem ajudado muito o governo. Ela tem ajudado muito, e eu também, como Deputado. Foram inúmeras vezes que nós juntos aqui fomos lá socorrer o governo, remanejando recursos para a área de saúde, para área de transporte, para a área de segurança, para a área de educação... Agora, mais recentemente, a questão do próprio IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal para resolver essa questão do salário dos servidores e dos aposentados. É impressionante como a gente tem ajudado o governo, e como o governo não dialoga com esta Casa. É só chorando, reclamando,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

e lamentando-se: que não tem, que não tem, que não tem. O Deputado Rafael Prudente colocou muito bem que só de aumento de impostos, de recursos que a gente aprovou aqui nesta Casa, são quase 3 bilhões a mais nos cofres do GDF.

Eu pergunto até onde vai essa relação. Nós, inclusive, ajudamos, votamos aqui para que o governo pudesse pegar o recurso do Iprev e resolver a questão do salário dos servidores. Estivemos, inclusive, eu, o Deputado Chico Vigilante, alguns outros Deputados, lá na reunião com sindicalistas e com o próprio Governador, em que ele assumiu o compromisso com todas as categorias de resolver outras questões, principalmente as questões dos reajustes, mas depois que o governo resolve o que ele quer, muda, de um dia para o outro, o seu tratamento, seja com os Parlamentares, seja com sindicalistas, seja com trabalhadores, e nós precisamos dar um basta nisso.

Esta Casa, nós estamos tendo muita responsabilidade com a nossa cidade, com o nosso povo, mas nós temos que ir além. V.Exa. colocou muito bem. Eu quero sugerir a todos os Deputados, em respeito aos servidores públicos do Distrito Federal, que coloquemos em obstrução tudo o que vier do governo, até o governo voltar a dialogar com as categorias e resolver essa questão do impasse com os servidores públicos. A partir de hoje, nós Deputados não votaremos mais nada nesta Casa, enquanto o governo não reabrir o diálogo com os servidores públicos desta cidade. É um absurdo, um descaso: usa a gente, usa esta Casa, resolve o que ele quer e depois trata os servidores da forma como vem tratando.

Portanto, eu queria me solidarizar com V.Exa. e com os servidores. V.Exa. colocou que, realmente, não dá mais, não podemos aceitar mais esse tratamento que o Governo do Distrito Federal vem dando a esta Casa e aos servidores públicos do Distrito Federal. Eu, particularmente, a partir de hoje, não voto mais nada do governo, enquanto o governo não reabrir o diálogo com as categorias, porque ele assumiu esse compromisso – eu estava lá. Depois que recebe o recurso, depois que pega o dinheiro do Iprev, depois que vem aqui e aumenta uma série de impostos, deixa para lá, não é com ele, joga a justiça nas costas dos servidores?

Portanto, eu queria sugerir aos demais Deputados que, em solidariedade aos trabalhadores desta cidade, entremos em obstrução a partir de hoje e não votemos mais nada desse governo até que ele, realmente, mostre a sua cara, diga para que veio e seja mais honesto e transparente com o povo desta cidade.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu gostaria de acrescentar aqui uma informação. Muito se diz aqui,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

inclusive no que coloquei ali, agora há pouco, a respeito dos servidores públicos: nós não podemos esquecer que foi feito um decreto, publicado já há alguns dias, que obriga as empresas a reduzirem os seus contratos em 25% – contrato de prestação de serviços, com pessoas, e não há como reduzir esse contrato em 20%, 25%, 30%, se não reduzir o número de pessoas. Eu conversei com vários empresários que prestam serviços ao GDF. Alguns já fizeram as suas reduções no início do ano, outros estão fazendo as suas reduções a partir de agora, com um impacto que será em torno de 10 a 15 mil trabalhadores a menos na área de limpeza, de recepção, de portaria, de vigilância, de serviços terceirizados. Além do caos com os servidores públicos, nós, em breve, poderemos viver também o caos da paralisação dos serviços terceirizados. Não podemos tratar os terceirizados como apenas um número para a redução de custos do Estado. Nós temos que saber que, muitas vezes, um número daquele ali é um pai de família ou uma mãe de família que está deixando de colocar a sua cesta básica, o seu prato de almoço ou de janta em casa. Então, nós, em breve, poderemos ter em torno de 15 mil pais de família a mais desempregados em nosso Distrito Federal.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Rafael Prudente. Com certeza, isso gera uma paralisia na economia.

Sra. Presidente, antes de concluir, quero me solidarizar com os agentes de segurança metroviária, e dizer que o caminho é este mesmo: contratar os servidores. Desta forma, podem contar com o nosso apoio, com o apoio do nosso Bloco, de forma integral. Acho que é exatamente esse o caminho.

Concluo, Sra. Presidente, dizendo o seguinte: sob o comando de V.Exa., esta Casa fez a sua parte. O Deputado Ricardo Vale foi muito feliz. E quero dizer, Deputado Ricardo Vale, que eu, a exemplo de V.Exa., já me coloco em obstrução, já tinha, inclusive, feito este compromisso com algumas carreiras: só vou votar qualquer projeto depois que o governo, de forma responsável, criar uma agenda para os servidores públicos e, a partir daí, encontrar uma solução. Não é ficar de blá-blá-blá, porque disso os servidores públicos estão cansados.

Então, Sra. Presidente, parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos que tem dado, pela contribuição que esta Casa tem dado. A Câmara fez a sua parte, os servidores públicos deram o seu sangue, agora, está na hora de o governo tratar isso com responsabilidade, o que é o seu papel.

Muito obrigado. Que Deus abençoe todos vocês.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em decorrência das atividades de amanhã e tendo esta Casa sido escolhida como anfitriã do grande encontro da Câmara Legislativa do Distrito Federal e de todas as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

assembleias legislativas do Brasil, requeiro a V.Exa. que seja incluído na pauta da Ordem do Dia o decreto legislativo que aprova uma minuta de texto a ser levado amanhã para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no sentido de dar respaldo e apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2012, do Senado Federal, que está tramitando no Congresso Nacional.

Eu gostaria que V.Exa. incluísse isso na Ordem do Dia, conforme acordo de Líderes hoje na sala da Presidência.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Eu gostaria, inclusive, de comunicar aos Parlamentares que amanhã nós vamos receber mais de 24 presidentes de assembleias, todos eles com comitiva – com cinco, dez, quinze. Então, a expectativa é de que nós tenhamos aqui na Câmara quase duzentos deputados estaduais. Eu gostaria de pedir aos Parlamentares que todos nós que estamos aqui no Distrito Federal estejamos presentes.

O café da manhã está marcado para 8h30min aqui na Câmara e nós seremos os anfitriões de todos os Parlamentares. Nós vamos sair daqui, em comitiva, para uma reunião que teremos no Congresso Nacional.

Então, eu gostaria de contar com a presença de todos os Parlamentares. É um movimento pelo fortalecimento das assembleias estaduais, do Poder Legislativo, porque chegamos à conclusão, Deputado Agaciel Maia, de que muita responsabilidade nos é cobrada, mas pouca é a autonomia do Poder Legislativo hoje.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Faço outra solicitação a V.Exa. no sentido de que haja o cancelamento tanto dos trabalhos das comissões que estão marcados para amanhã como da sessão ordinária, que se dá sempre às 15h. É necessário também o cancelamento, a suspensão ou algo parecido das atividades legislativas das comissões e do plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato essa solicitação e incluo também o Requerimento nº 1.043, de 2015, na pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu estou de acordo com a proposição colocada pelo Deputado Agaciel Maia, porque nós acertamos de votar esses dois decretos legislativos. Há um que nós não vamos votar porque trata de fundos. Mas quero dizer a V.Exa. que nós vamos votar tão somente essas medidas. Nós estamos preparando um documento, que será assinado aqui pela Liderança do PT – a minha pessoa –, pelos Deputados que quiserem, pelo Deputado Wellington Luiz, pelo Deputado Bispo Renato Andrade e quem mais quiser assinar. Nós vamos aqui nos colocar em obstrução pela primeira vez, até que o Governo Rollemberg – ele pessoalmente – chame um por um dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

sindicatos para negociar com seriedade a questão do pagamento dos servidores. Estou falando em negociar com seriedade porque existe negociação e existe conversa, e de conversa a gente já está cheia. Já está na hora de haver negociação. Portanto, enquanto o governo não resolver tratar com seriedade esses reajustes que foram concedidos, nós não vamos votar nada aqui. V.Exa. é testemunha do esforço que nós fizemos para garantir o pagamento dos servidores, sendo muitas vezes xingados por pessoas que não compreenderam o gesto que estávamos fazendo. Isso nos dá autoridade para parar até que ele resolva o problema dos servidores.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a leitura do requerimento, assinado por vários Deputados, que cria a frente parlamentar para implantação da infraestrutura do Setor Noroeste.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta do Requerimento nº 986, de 2015, que trata da audiência pública para debater a duplicação da DF-128, em Planaltina.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta do Projeto de Resolução nº 15, de 2015. O projeto trata do Refis da Fascal e já se encontra com tramitação concluída nas comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Com a chegada da Deputada Telma Rufino, atingimos o *quorum* de 13 Parlamentares. Esta Presidência consulta o Plenário se podemos iniciar a votação da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, da nossa parte está tudo bem. Vamos votar os dois decretos, depois voltamos aos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento relativo aos itens nºs 1 a 118, vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passaremos à votação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, por uma questão de mérito, quero aproveitar para parabenizar os membros da Comissão de Assuntos Fundiários desta Casa, em especial a Deputada Telma Rufino – o Deputado Wellington Luiz também está aqui –, que propôs na semana passada uma audiência pública para discutirmos com os moradores de condomínios, mais uma vez, a proposta de uma legislação que permite os muros e as guaritas, ou seja, que permitem os condomínios fechados no Distrito Federal, a exemplo do que já ocorre em outros estados.

O Deputado Wellington Luiz e os demais Deputados sabem que eu tenho estado nos últimos anos nessa luta com os moradores de condomínios. Coloco-me mais uma vez à disposição para discutirmos esse tema. É preciso – e o Deputado Wellington Luiz tem contribuído com isso, assim como a Deputada Telma Rufino e os demais membros da Comissão de Assuntos Fundiários – encontrar uma solução definitiva para este problema que aflige quase 1 milhão de pessoas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência consulta os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco e em processo simbólico. (Pausa.)

Não há manifestação em contrário.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 123:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 237, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor pelo 22º aniversário do Ministério Batista Ebenézer”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Item nº 124:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 238, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta votos de pesar à família do DJ Celsão”.

Item nº 125:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 239, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Senhor Aníbal Rodrigues Coelho, professor aposentado da Universidade de Brasília, pelos relevantes serviços prestados à educação do Distrito Federal”.

Item nº 126:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.028, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “requer a realização de audiência pública para debater a atual situação dos *food truck* no Distrito Federal, a realizar-se às 10h do dia 26 de outubro 2015, no auditório desta Casa”.

Item nº 127:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.032, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “requer a realização de audiência pública no dia 6 de novembro de 2015, às 19h, no plenário, para discutir a situação dos times de futebol americano do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 986, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “requer a realização de audiência pública para debater a duplicação da DF-128, com data e local a definir, a ser realizada na Região Administrativa de Planaltina – RA VI”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.043, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “requer, nos termos do art. 145, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, a não realização da sessão que especifica”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e os requerimentos estão aprovados com a presença de 16 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “aprova minuta de proposta de emenda constitucional que acrescenta o inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de proposta de emenda à Constituição”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria pedir para incluir na Ordem do Dia como item extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2015, sobre o qual nós falamos no Colégio de Líderes, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

A Presidência designa o Deputado Chico Vigilante para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “aprova minuta de proposta de emenda constitucional que acrescenta o inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de proposta de emenda à Constituição”.

A data da leitura foi 6 de outubro de 2015. Os autores são a Deputada Celina Leão, o Deputado Julio Cesar, o Deputado Lira e outros; portanto, passou a ser um projeto de toda a Casa.

Analisando, Sra. Presidente, do ponto de vista da constitucionalidade e da regimentalidade, não há nada que venha a impedir a tramitação. Portanto, o nosso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

voto da Comissão de Constituição e Justiça é pela constitucionalidade do referido projeto de decreto legislativo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “aprova minuta de proposta de emenda constitucional que acrescenta o inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de proposta de emenda à Constituição”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “aprova minuta de proposta de emenda constitucional que altera os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competência legislativa privativa da União em concorrente com os Estados e o Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer da comissão. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Chico Vigilante para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “aprova minuta de proposta de emenda constitucional que altera os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competência legislativa privativa da União em concorrente com os Estados e o Distrito Federal”.

Analisando do ponto de vista da constitucionalidade, nós entendemos, julgamos que o projeto de decreto legislativo é constitucional, e o nosso voto é pela constitucionalidade do referido projeto de decreto legislativo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “aprova minuta de proposta de emenda constitucional que altera os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competência legislativa privativa da União em concorrente com os Estados e o Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 15, de 2015, de autoria da Mesa Diretora, que “institui o Programa de Recuperação de Créditos do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Carlos Roberto Alves”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	23



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 13/10/2015



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM 13/10/2015

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 COMISSÕES: CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
 CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

PROJETO DE LEI Nº(S): _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): 11/2015

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO(A) JULIO CESAR Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	REDE			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	REDE			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	REDE	X					
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				X		
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN			X			
	SANDRA FARAJ	SD			X			
	TELMA RUFINO	S/ PART	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			15		8	1		

SECRETÁRIO DA SESSÃO

DEPUTADO BISPO RENATO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 1 abstenção. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Carlos Roberto Alves”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade e registrar a presença de todos os concursados do Metrô, dos agentes de segurança do Metrô... Nós estamos nessa luta. Hoje, eu e o Deputado Prof. Reginaldo Veras vínhamos conversando sobre vocês. Inclusive, pedimos a todos os Parlamentares para que fizessem uma moção de apoio a vocês, para que possamos assiná-la e votá-la ainda hoje. É o apoio desta Casa Legislativa ao chamamento imediato de vocês. Temos a nítida visão de que a lei está sendo burlada. Vocês podem contar conosco aqui. Nós já havíamos feito esse compromisso. Estamos solicitando também ao Líder do Governo uma audiência com o Marcelo para que isso aconteça o mais rápido possível e, assim, tentarmos pelo menos encaminhar essa questão.

O Deputado Prof. Reginaldo Veras quer fazer uma questão de ordem...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar os concursados do Metrô pela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

luta. Contem com o nosso apoio no sentido de fortalecimento dessa empresa pública pelo seu papel de relevância no transporte do Distrito Federal.

Em segundo lugar, Sra. Presidenta, eu gostaria de lembrar cada um dos Deputados e chamá-los para um debate que teremos amanhã na cidade de Brazlândia – estou contando com o apoio do meu amigo Deputado Juarezão – para tratar da questão urbanística da Vila São José.

Na manhã de hoje, por iniciativa do Deputado Juarezão, estive em uma audiência com a presidenta do Ibram, com vários técnicos de vários órgãos e pudemos nos aprofundar um pouco nesse debate, um calendário bastante atrasado do Governo do Distrito Federal, num processo de conclusão de regularização de um projeto que foi essencialmente patrocinado pelo Poder Público nesta cidade. Esse atraso só dificulta a própria localidade.

Portanto, quero fazer desta Casa instrumento de sensibilização para com os órgãos do governo que têm o dever de concluir as tratativas técnicas quanto à regularização da Vila São José.

Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é só para comunicar aos aprovados do concurso do Metrô que o meu gabinete e o de V.Exa. já estão protocolando um pedido de requerimento, solicitando uma data de quinta-feira para transformar em comissão geral.

Nós vamos convidar para vir aqui o Dr. Marcelo Dourado, para dar as devidas explicações, e todos os órgãos envolvidos nesse processo. Só estamos pedindo para ver uma data disponível para transformarmos em comissão geral.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Parabéns, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Item nº 118:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2013, de autoria dos Deputados Eliana Pedrosa, Bispo Renato Andrade e Liliane Roriz, que “dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas – comida de rua – e dá outras providências”.

Só para explicar, esse é um veto do Deputado Bispo Renato Andrade. Nós estamos mantendo o veto porque o Deputado Bispo Renato Andrade fez um acordo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

com o governo de protocolar um projeto idêntico, mas nós temos que manter o veto, se não ele não tem nem como protocolar o projeto novamente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Deputado Bispo Renato Andrade conversou comigo e com o Deputado Chico Vigilante, e nós estamos de acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Chico Vigilante para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo por fundamento o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, art. 109, § 8º, comunicamos a V.Exa. obstrução às votações de todas as proposições de interesse do Poder Executivo enquanto não for resolvida a situação do reajuste salarial das diversas categorias de servidores públicos do Distrito Federal.

Até este momento está assinada por mim, Deputado Chico Vigilante, pelo Deputado Rafael Prudente, pelo Deputado Wellington Luiz, pelo Deputado Bispo Renato Andrade. O Deputado Ricardo Vale está pedindo a assinatura dos Deputados. Está aberto à assinatura de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

Solicito a V.Exa., Deputado Chico Vigilante, que emita o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

O acordo é pela manutenção do veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para proceder à leitura do relatório. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2013, que “dispõe sobre as regras para comercialização de alimento em vias e áreas públicas – comida de rua – e dá outras providências”.

É o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



RELATÓRIO Nº 1 , DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1702/2013, que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas – comida de rua – e dá outras providências.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 218/2015-GAG, de 17 de setembro de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1702/2013, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas – comida de rua – e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 129 a 140.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que o projeto encampa tema cuja iniciativa legislativa encontra-se reservada privativamente ao Chefe do Poder Executivo, pois trata de permissão de uso de bens públicos do Distrito Federal e adentra a disciplina de órgãos do Poder Executivo, nos termos dos arts. 52, 71 e 321 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa., como Líder, para orientar em relação ao acordo feito sobre o projeto.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o acordo é no sentido da manutenção do veto. Ou seja, que todos votemos “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão mantendo o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	29



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 13/10/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO



VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S): 1.702/2013

AUTORIA: DEP. ELIANA PEDROSA, BISPO RENATO, LILIANE RORIZ

Poder Executivo

RELATORIA: DEP. CHICO VIGILANTE

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	REDE			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	REDE			X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	REDE	X					
	PROF. ISRAEL	PV			X			
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN			X			
	SANDRA FARAJ	SD			X			
	TELMA RUFINO	S/ PARTIDO	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			16		8			

SECRETÁRIO(A) DEPUTADO(A) BISPO RENATO ANDRADE

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	8		
OBSTRUÇÃO			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 10 2015	15h55min	90ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto ao Projeto de Lei nº 1.702, de 2013.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 15, de 2015, de autoria da Mesa Diretora, sobre a Fascal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(A sessão levanta-se às 17h19min)